

CMN define o orçamento monetário

GAZETA MERCANTIL

20 DEZ 1983

por Cláudia Sfatle
de Brasília

Numa reunião que começa hoje pela manhã e prossegue na segunda-feira que vem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovará o orçamento monetário para 1984 e mais 84 votos pendentes.

Está definido que, a partir de 1º de janeiro, os juros agrícolas acompanharão a correção monetária plena mais 3% de taxa fixa e que as exportações terão taxas equivalentes a 95% das ORTN mais 3% fixos, além de todo um sistema de seletividade que será implantado para o acesso aos financiamentos das Resoluções nºs 674 e 643 (para a produção de manufaturas exportáveis da indústria e das "trading-companies").

Esta garantia foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvéas. Ela representa a proposta do governo para calcar o orçamento monetário, que prevê uma expansão de 50% para os meios de pagamento e base monetária e uma taxa de inflação média de 150% e de 75 a 80% ao final do ano.

Esse esquema foi acertado num almoço ontem entre o ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, e o representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka. Mas está sujeito à aprovação do CMN, cujos membros se reuniram ontem, informalmente, num jantar na casa do ministro Galvéas. No entanto, o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, argumentava que a questão dos juros agrícolas ainda estava sendo negociada.

A previsão do orçamento é gerar um fluxo de recursos novos de Cr\$ 2,2 trilhões para os financiamentos agrícolas e de Cr\$ 1,7 trilhão para os empréstimos ao setor exportador. Isso representa, respectivamente, 43,3 e 13% dos fluxos globais de recursos das autoridades monetárias para o ano que vem, que terão um acréscimo de 57% (tanto os empréstimos do Banco do Brasil quanto os repasses do Banco Central).

"A idéia é que com as novas taxas de juros para os créditos subsidiados não haja uma pressão inflacionária do ponto de vista de uma expansão monetária, que a taxa de inflação caia e, com isso, haja melhores perspectivas de investimento, produção e, portanto, toda a economia entra em compasso mais favorável", observou o ministro da Fazenda, ao comentar as metas da política financeira e creditícia para 1984. Também as taxas de juros subsidiadas para as pequenas e médias empresas seguirão o mesmo esquema adotado para o setor agrícola.

Os empréstimos e adiantamentos do governo federal (EGF e AGF) acompanharão, já em 1º de janeiro, as novas taxas de 100% das ORTN mais 3% fixos, e as taxas de desconto para os empréstimos de li-

prevê igualmente um resgate líquido de Cr\$ 1 trilhão de títulos públicos, abandonando, assim, a dívida pública como instrumento de contração da liquidez no mercado.

Além do orçamento monetário, várias outras decisões estão previstas para ser tomadas entre a reunião de hoje e a de segunda-feira, tais como: um esquema de reestruturação financeira dos bancos estaduais, que serão proibidos de emprestar a seus governos um valor superior aos depósitos que estes governos mantêm em suas agências; permissão para que as financeiras operem com seguros para pessoas jurídicas; autorização para a emissão de cédulas de 10 mil e 50 mil cruzeiros; a adoção de um modelo padrão para os talões de cheques; e extinção dos centavos. O Conselho definirá também o esquema de eliminação das restrições cambiais, conforme compromisso do governo com o FMI.

(Ver páginas 3, 13 e 15)

quidez sofrerão uma mudança estrutural, passando a seguir a correção monetária plena mais uma parcela fixa que irá até 24%.

Todas essas alterações nos juros subsidiados, mais a eliminação do subsídio ao trigo em junho de 1984, trarão uma economia de aproximadamente Cr\$ 2 trilhões para o orçamento monetário, que contará também com uma transferência de Cr\$ 5,8 trilhões do orçamento da União. Mas